

## Inflação menor vai ajudar contas públicas

Por Marta Watanabe | De São Paulo

A redução da inflação em ritmo maior que o esperado trouxe uma surpresa positiva para o orçamento de 2018. Uma alta de cerca de 2% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 2017 pode resultar em redução de cerca de R\$ 7 bilhões em gastos em relação à previsão orçamentária da União para 2018, segundo projeções de analistas ouvidos pelo Valor. A expectativa de inflação mais baixa em 2017, inclusive com deflação atípica de alimentos em dezembro, foi confirmada pela divulgação de ontem do IPCA-15 (ver Prévia do IPCA aponta para menor índice em 19 anos).

O crescimento de despesas em ritmo menor que o esperado pode reduzir a necessidade de contingenciamento de recursos no ano que vem e ainda ajudar a União a cumprir o teto para o crescimento de gastos. O limite de despesas para 2018 será de 3%, definido pela

inflação acumulada até junho. Portanto, se o INPC ficar em torno de 2%, cerca de 45% das despesas totais serão indexadas em nível abaixo do teto de gastos, explica Vilma da Conceição Pinto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV). O INPC corrige o salário mínimo, além de despesas como benefícios previdenciários e assistenciais e abono salarial.

O INPC de 2%, explica Carlos Kawall, economista-chefe do Banco Safra, seria mais baixo também que os 3,1% estimados pela União para o índice em 2017. Pelos cálculos do próprio governo, explica, cada 0,1 ponto percentual a menos do INPC significa redução de R\$ 600 milhões em despesas obrigatórias. O Banco Safra, diz, projeta INPC de 1,8% ou 1,9% ao fim do ano, o que daria redução de 1,2 ou 1,3 ponto percentual em relação ao estimado pelo governo. A diminuição de gastos, portanto, ficaria entre R\$ 7,2 bilhões a R\$ 7,8 bilhões. O banco, explica, considera uma redução de R\$ 7 bilhões em relação ao

projetado.

Na LCA Consultores, diz o economista Fabio Romão, a projeção para o INPC de 2017 é de 2%. Seguindo os cálculos indicados por Kawall, a redução dos gastos obrigatórios em 2018 seria de R\$ 6,6 bilhões em relação ao orçado.

A expectativa é de que esse efeito gerará pressão menor nos gastos e no contingenciamento necessário. Na quarta-feira, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que o orçamento de 2018 já começa pressionado por conta do atraso na aprovação de várias medidas propostas pelo governo para elevar receitas ou reduzir despesas no ano que vem. Por isso um corte, disse o ministro, deve acontecer tão logo o orçamento seja sancionado pelo presidente Michel Temer. Oliveira não disse, porém, se o bloqueio deve ser dos R\$ 21,4 bilhões que seria o efeito total das propostas da União para 2018.

Kawall diz que não tem cálculos





para o espaço de contingenciamento no ano que vem, mas ele diz que o bloqueio de recursos é algo esperado em qualquer período. "Não há na prática como não fazer o contingenciamento, já que é uma medida conservadora em relação a receitas que podem não ser realizadas. Em 2018, ele será maior ou menor conforme as medidas que serão ou não aprovadas."

O economista lembra que a proposta de tributação dos fundos exclusivos não deve valer em 2018, já que precisaria ser aprovada ainda este ano. O adiamento do reajuste a servidores, diz, ficou mais difícil de ser aprovado com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendendo os efeitos da MP que estabelecia a prorrogação. Para ele, se o reajuste for concedido, mesmo que o governo consiga a aprovação

da MP mais tarde, abre-se a possibilidade para uma discussão jurídica que dificultaria a aplicação da medida. A reoneração da folha de pagamentos, diz ele, precisa respeitar a noventa e, por isso, mesmo aprovada no ano que vem, deve ter efeito parcial. Qualquer que seja o corte necessário, diz Kawall, terá de ser feito para que seja cumprida não só a meta fiscal como também o teto de gastos e a regra de ouro. "O quadro no ano que vem não será tranquilo, mas passaremos 2018. Os desafios maiores ficarão para 2019."

No campo das receitas, diz Kawall, ainda há incertezas nas concessões. Para a arrecadação ordinária de 2018, a projeção do banco é de elevação real de 2,9% em relação a 2017. A alta para o PIB é estimada pelo banco em 2,5%.

## Principais pendências

Propostas sem votação com impacto no orçamento de 2018

	Impacto
■ IR sobre aplicações em fundos exclusivos de investimentos	R\$ 6 bilhões em receitas
■ Elevação da alíquota de 11% para 14% da contribuição previdenciária dos servidores públicos	R\$ 2,2 bilhões em receitas
■ Reoneração da folha de pagamentos	R\$ 8,8 bilhões em receitas*
■ Adiamento do reajuste de servidores	R\$ 4,4 bilhões em redução de despesas
■ <b>Total</b>	<b>R\$ 21,4 bilhões</b>

\*Considera o efeito líquido da receita de reoneração, com redução da arrecadação de Cofins e do ressarcimento devido com o benefício

## Impasse com os hermanos

*Brasil ameaça não colaborar com investigações na Argentina por falta de garantia a delatores*

CLEIDE CARVALLHO E  
GUSTAVO SCHMITT

SÃO PAULO-As revelações da Odebrecht sobre pagamento de suborno em diversos países da América Latina, que levaram à prisão o vice-presidente do Equador, Jorge Glas, e arrastaram o presidente do Peru, Pedro Pablo Kuczynski, para um processo de impeachment, correm o risco de passar em branco na Argentina. O acordo de leniência da empreiteira brasileira, que se dispõe a devolver, neste momento, US\$ 35 milhões ao país vizinho, referentes a propina a agentes públicos portenhos, está travado. E as autoridades brasileiras já informaram que não haverá colaboração enquanto a Argentina não estabelecer regras claras que protejam delatores brasileiros. Falta na Argentina um arcabouço de leis, civis e penais, capaz de dar sustentação ao turbilhão de denúncias que abarcam negócios fechados durante, pelo menos, oito anos (2007 a 2015) no governo da ex-presidente Cristina Kirchner — e que podem servir de estopim para investigações capazes de resvalar em integrantes do governo de Mauricio Macri. Ainda que lentas, as conversas só avançam na esfera civil, onde o que está em jogo é o

ressarcimento do prejuízo ao Tesouro argentino. Ainda assim, emperram nas garantias aos delatores brasileiros. No Brasil, os colaboradores negociam de antemão o benefício da delação.

Na Argentina, a Lei do Arrependido não assegura aos colaboradores da Justiça que o acordo fechado por eles no Brasil seja integralmente cumprido, e não permite a negociação do perdão, como ocorre aqui. A lei argentina só passou a reconhecer colaboradores em investigações sobre corrupção em 2016. Antes, o arrependimento só era possível para crimes de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Autoridades brasileiras disseram ao GLOBO que a Argentina não receberá as provas entregues pelos delatores da Odebrecht, se insistirem em ignorar os termos já acordados no Brasil, e também nos Estados Unidos e na Suíça. Para contornar a deficiência da legislação local, a solução apontada pelo Brasil é fazer valer os acordos internacionais anticorrupção, dos quais os dois países são signatários. De acordo com a delação, a Odebrecht pagou propina na Argentina em obras orçadas em US\$ 4,2 bilhões para a construção de um gasoduto, da Ferrovia Sarmiento, que liga a capital ao Oeste da Grande Buenos Aires, e do projeto Água Potável Paraná de las Palmas, de tratamento de água para consumo humano, na capital.

### PROPINA A AGENTES PÚBLICOS

Embora boa parte do acordo esteja em segredo de Justiça, pelo menos dois delatores da empresa, o ex-vice presidente para a América Latina Jorge Mameri e o executivo Márcio Faria, revelaram pagamentos de propina a agentes públicos no país vizinho. A história das obras é semelhante aos casos brasileiros marcados pelo atraso e pela corrupção. O contrato da ferrovia foi assinado em 2008, mas as obras só começaram a sair do papel no ano passado, quase uma década depois. Nesse projeto, delatores da Odebrecht revelaram pagamentos de propinas a pessoas ligadas ao ex-ministro do Planejamento Júlio de Vido, que ocupou o cargo nos governos dos ex-presidente Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015). Em agosto, o GLOBO mostrou que a delação de Mameri aponta que funcionários do Ministério do Planejamento e da estatal Água e Saneamento Argentino (Aysa) receberam US\$ 14 milhões para que a Odebrecht ganhasse a licitação de Las Palmas.

Foram pagos a Raul Biancuso, da Aysa, US\$ 6,6 milhões. Depois, mais US\$ 6,45 milhões a um funcionário do Ministério do Planejamento. O impasse na Argentina não interessa à Odebrecht. Com três obras em andamento no país vizinho, a





empreiteira está impedida de participar de novas licitações no país desde junho passado, quando sua licença anual para contratações com o setor público não foi renovada. Além disso, a empresa aposta nos negócios fechados na Argentina para saldar o débito imposto pela corrupção. Ao governo Macri, a Odebrecht propôs pagar os US\$ 35 milhões com o lucro de suas operações em território argentino — descontadas as despesas com operações, fornecedores e impostos. Recentemente, o Legislativo da Argentina aprovou uma Lei de Responsabilidade Penal Empresarial, que permite a solução de crimes praticados por empresas no âmbito civil. Mas nem isso ajudou a Odebrecht, já que ela não retroage e só vale para crimes cometidos após a vigência da lei.

O ressarcimento do governo argentino é discutido no âmbito da Procuradoria do Tesouro. Na área penal, havia resistência por parte da procuradora geral Alejandra Gils Carbó, indicada ao cargo pela ex-presidente Cristina Kirchner. Mas, com a renúncia de Carbó e sua saída prevista para 31 de dezembro deste ano, há possibilidade de avanços. O governo Macri é favorável ao acordo

com a Odebrecht. Para uma gestão que diz tentar imprimir na gestão pública a agilidade da iniciativa privada, o acerto seria uma oportunidade de modernizar as leis do país e deixar a Argentina próxima do sonho de integrar a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o clube de países ricos que só tem dois representantes da América Latina: México e Chile. A ampliação dos mecanismos anticorrupção, porém, não é vista com entusiasmo por grandes empresas argentinas.

Há quem defenda que as leis devem reclamar a indenização por prejuízos causados aos cofres públicos, mas sem que isso dependa da condenação dos responsáveis. A preocupação se explica: para atuar na Argentina, a própria Odebrecht teve de aceitar operar em consórcios com empreiteiras locais. O raciocínio dos investigadores é lógico: se a brasileira pagou propina, as empresas locais não devem ter passado incólume à corrupção. A Odebrecht é alvo de três inquéritos abertos pela Justiça Argentina. As acusações, porém, são de sobrepreço e cartel. Não falam ainda no crime de corrupção.

## Ordem dos fatores alterou o produto fiscal

NELSON BARBOSA

O fracasso do governo Temer em aprovar a reforma da Previdência em 2017 não pode ser colocado somente na conta do Congresso.

Houve erro grave de estratégia por parte da equipe econômica. Em vez de enfrentar o principal problema orçamentário em primeiro lugar, gastou-se capital político para aprovar um teto de gasto inadequado, que já seria insustentável mesmo se a reforma fosse aprovada. Nesse caso, a ordem dos fatores alterou o produto da estratégia fiscal do governo.

Nossa história econômica indica que mudanças de regras de aposentadoria acontecem geralmente nos primeiros dois anos de mandato. Foi assim com as reformas realizadas pelo presidente Lula, em 2003, e pela presidente Dilma, em 2012 e 2015.

A reforma encaminhada por Fernando Henrique Cardoso no final de seu primeiro mandato já não teve tanto sucesso, pois acabou em remendo temporário —o fator previdenciário— quando o governo perdeu a votação da idade mínima por apenas um voto. Dificilmente se aprova esse tipo de mudança com sucesso em final de mandato, ainda mais com um presidente impopular como Temer.

No início de 2016, o segundo

governo Dilma reformulou sua estratégia fiscal e colocou a reforma da Previdência como medida central para controlar o crescimento do gasto obrigatório da União. Naquele momento, a presidente chegou até a dar uma entrevista dizendo que o governo teria que "encarar a reforma da Previdência".

A lógica era flexibilizar a política fiscal no curto prazo, com aumento do deficit primário para estabilizar a renda e o emprego. Ao mesmo tempo, seriam encaminhadas reformas de longo prazo, na receita e na despesa, para recuperar o reequilíbrio orçamentário. Ajuste fiscal sem austericídio, como foi feito com sucesso nos Estados Unidos, na Alemanha e em outras economias (Clinton e Kohl nos anos 1990, Obama e Portugal recentemente).

A proposta de flexibilização fiscal de Dilma foi ampliada e aprovada pelo governo Temer, após o golpe de maio de 2016. Porém, em vez de prosseguir na direção correta e enfrentar a questão da Previdência, a nova equipe econômica resolveu criar um teto de gastos para... os próximos governos!

Em uma iniciativa que deveria ganhar o Oscar de oportunismo político, o governo Temer elevou o gasto substancialmente em 2016 e estabeleceu um limite para o seu crescimento real que só terá efeitos

mais restritivos a partir de 2019.

Agora, a equipe econômica insiste em dizer corretamente e tardiamente que a reforma da Previdência é urgente, sem perceber que isso contradiz sua própria estratégia fiscal.

Se é urgente, por que não foi prioridade antes? Por que se apostou no teto de gastos, depois na reforma trabalhista, deixando a reforma da Previdência para depois?

Oportunismo é a resposta mais simples e provável, mas pode ser apenas um erro dos fiscalistas de planilha do Ministério da Fazenda.

Na prática, o teto de gastos não resolveu o problema fiscal, pois todos sabem que o próximo governo terá que revisar tal regra, além de enfrentar o problema da Previdência e da folha salarial dos servidores.

Apesar do discurso oficial da equipe econômica, os fatos demonstram que as ações do governo Temer se concentram na antecipação de receitas e no adiamento de investimentos para fechar as contas de 2017 e 2018, enquanto se empurra o ajuste estrutural do Orçamento para o próximo presidente.

**Aumento da Polícia Civil  
depende de Temer**

O governador Rodrigo Rollemberg (PSB) confirmou, em entrevista ao programa CB.Poder que foi ao ar na última quarta-feira, que estuda apresentar uma proposta de reajuste de 14% nos salários dos policiais civis do DF, com a ampliação em uma hora da jornada de trabalho. Mas deixa claro: para que isso ocorra, o governo federal terá de liberar recursos do Fundo Constitucional do DF que estão retidos. O assunto foi tratado no Ministério do Planejamento, mas ainda não houve resposta. Em outras palavras, a decisão depende do presidente Michel Temer.